# Ata de Reunião

Ao décimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro às nove horas (9h), reuniram-se na sala 1 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) os membros do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Rosalina Gomes dos Santos/Benzedeira/Titular, Tatiane Iovanovitchi/Cigana/Titular, Nardi Casanova Terezinha/Cigana/Suplente, Suely Alipio dos Santos/Cipozeira/Titular, Laysmara Carneiro Edoardo/Povos de Terreiro/Titular, Silvana Rodrigues Quintilhano/Povos de Terreiro/Titular, Marilei de Fatima Ferreira Gonsalves/Faxinalenses/Titular, Conceição Vieira Ramos Constante/Caiçaras/Titular, Claudio de Andrade Corrêa/Pescador Artesanal/Titular, Jean Gonçalves Barreto/Quilombola/Titular, Laura Rosa de Lima/Quilombola/Suplente, Rosemary Ferreira da Silva/Quilombola/Titular, Misael Jeferson Nobre/Ilhéus/Titular, Rosangela Darli Garcia do Santos/Ilhéus/Titular, Willian Frank Doenea/Ribeirinhos/Titular e Neide Aparecida Ruela/Ribeirinhos/Suplente. **Conselheiros do Poder Público:** Ellen Cunha do Nascimento/SEEC/Titular, Gustavo Henrique Mussi Augusto/CC/Titular, Douglas Henrique Novelli/SEJU/Suplente, Felipe Kamaroski/SEMIPI/Titular, Renê Wagner Ramos/SETI/Titular, Rosane Souza Freitas/SESA/Suplente, Claudir Volnei Nowotny/CC/Suplente, Daniele Martin SandrI/SEAB/Titular, Pollyanna Medeiros/SEMIPI/Titular, Amanda Sousa Araujo/SEIL/Suplente. **Convidados e ouvintes:** Fernanda da S. Xavier/ICMbio, Ge Figueiredo/COPCT, Taise Alessandra Passos/COPCT. Luiz Henrique/COPCT, Jaqueline Andrade/Terra de Direitos, Kethleen/Terra de Direitos; **Secretária Executiva:** Hayanne Iovanovitchi.

**Pautas:** 1. Abertura e Boas vindas do presidente; 2. Apreciação e aprovação das pautas; 3. Aprovação da ata de outubro; 4. Informes Gerais; 5. Relato das Câmaras; 6. Eleição Diretoria-Geral, vice-presidência, secretaria-geral, e vice-secretaria geral; 7. Povos Ciganos: Portaria 940/2022, IML e acesso; 8. Cadastro Povos de Terreiro; 9. Regularização Fundiária dos Quilombos; 10. Coivaras nos territórios; 11. Construção de mata-burro nos territórios faxinalenses; 12. Encerramento. A **Secretária Executiva** iniciou a reunião fazendo a chamada para conferir o quórum da plenária. Com o quórum completo, a palavra foi passada para o **Presidente** que inicia a reunião informando sobre o adiamento do Curso de Formação dos Conselheiros. Segue para leitura e apreciação da pauta. Após a leitura, a **Secretária Executiva** solicita caso alguém tenha pauta a inserir, que se manifeste. O **Presidente** solicita a inclusão da pauta sobre o relatório da consulta da Ilha do Mel. **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona quem solicitou a inclusão da pauta sobre os povos de terreiro. A **Secretária Executiva** verifica e afirma que foi a conselheira Silvana. **Laysmara/Povos de Terreiro** aponta que encaminhou um ponto de pauta por e-mail que não foi adicionado. A **Secretária Executiva** inclui nos pontos de

pauta a solicitação da conselheira, “Pedido de Providências e Comunicação à Prefeitura de Foz do Iguaçu”. **Conceição/Caiçaras** solicita a pauta de recomendação de demolição das casas das áreas de mangue. **Rosalina/Benzedeira** pede a inclusão da pauta das nascentes e olhos d’água. **Misael/Ilhéus** solicita a inclusão da alteração da cadeira dos Ilhéus; grupo de trabalho da portaria 241 do IAT e criação do grupo de trabalho para o POP destinado aos órgãos ambientais e de segurança. **Rosemary/Quilombola** solicita a inclusão da pauta de cobrança da Escola e CMEI São Sebastião do Quilombo de Adelaide e a permanência do transporte escolar dos alunos que eram da Escola São Sebastião para Escola Tia Dalva. **Jean/Quilombola** solicita o ponto do Quilombo Palmital dos Pretos, Campo Largo; solicita também a ativação do poço artesiano, cozinha comunitária, e transporte do Quilombo Palmital dos Pretos. **Rosemary/Quilombola** requere outra pauta de solicitação para a Escola Tia Dalva, dentro do Quilombo de Adelaide, para atenção a trabalhar as diretrizes curriculares quilombolas, a Lei 10639/2003, e participação da escola nos eventos da consciência negra no quilombo. **Conceição/Caiçaras** inclui a pauta da duplicação da PR 407. **Jean/Quilombola** solicita o ponto sobre a reforma do posto de saúde do Quilombo Rio Verde. **Rosemary/Quilombola** Construção do UBS do Quilombo de Adelaide. Após as pautas aprovadas, o **Presidente** solicita que os conselheiros encaminhem as pautas dentro do prazo de solicitação, conforme previsto. Esse espaço de inclusão de pauta durante a reunião são para situações que acontecem no tempo entre a solicitação de pauta e a reunião. **Rosemary/Quilombola** diz que por ser nova no Conselho não sabia como fazer. A **Secretária Executiva** explica como é feita a solicitação, realiza a leitura do e-mail e mensagem encaminhada para os conselheiros dentro do prazo da solicitação de pauta. **Misael/Ilhéus** solicita que seja incluído no curso de formação dos conselheiros, os protocolos de consulta. A **Secretária Executiva** solicita a aprovação novamente. Pauta aprovada. **Inclusão de Pauta: 13. Relatório acompanhamento CLPI; 14. Providências – prefeitura de Foz do Iguaçu; 15. Recomendação demolição das casas nas áreas de mangue; 16. Nascentes e olhos d’água; 17. Alteração dos representantes Ilhéus; 18. GT portaria 241 – IAT; 19. E.M. São Sebastião quilombo da Adelaide; 20. Permanência do transporte escolar – São Sebastião para escola Tia Dalva; 21. Quilombo Palmital dos Pretos – Campo Largo – Poço Artesiano e reforma na cozinha comunitária – Transporte; 22. Diretrizes curriculares quilombolas – Escola Tia Dalva – Quilombo de Adelaide; 23. Estrada – duplicação da PR 407; 24. Reforma posto de saúde e equipamento quilombo do Rio Verde; 25. Construção UBS – Quilombo de Adelaide; 26. Inclusão do protocolo de consulta no curso de conselheiros. Pauta: 3. Aprovação da ata de outubro.** Ata aprovada. **Pauta: 4. Informes gerais.** A **Secretária Executiva** convoca uma nova indicação para um representante do CEPCT no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, pois o conselheiro indicado anteriormente saiu do Conselho. **Misael/Ilhéus** pontua que seria importante incluir o conselheiro Willian/Ribeirinho, para que ele pudesse articular com os ribeirinhos. A plenária aprova. Próximo informe, cancelamento do curso de formação dos conselheiros decorrente das dificuldades nas estradas para chegar até Curitiba. A

**Secretária Executiva** comenta sobre as problemáticas das prestações de contas. **Taise/COPCT** também realiza orientações. Os conselheiros que viriam somente para o curso devem ir até a rodoviária e solicitar a mudança de data. Para os conselheiros presentes na reunião foi explicado que devem ver a possível devolução do valor da hospedagem no hotel ou reserva para a próxima data, o valor da diária será recolhido mas das passagens não. Qualquer problema com relação a isso devem informar. **Laysmara/Povos de Terreiro** pede que conste nas atas que as barreiras já haviam caído no sábado, nas estradas. Poderia ter sido revisto isso antes, que poderia ter sido considerado com antecedência, que o posicionamento já poderia ter sido feito na segunda feira. Próximo informe, o calendário de reuniões do ano de 2025. **Laysmara/Povos de Terreiro** fala sobre a prioridade ser a data da primeira. A plenária discute as datas de janeiro e fevereiro. A **Secretária Executiva** propõe 11 e 12 de fevereiro. A plenária concorda. **Laysmara/Povos de Terreiro** pede que conste em ata a solicitação que o curso seja realizado na mesma semana. **Misael/Ilhéus** diz que de 10 a 15 de fevereiro consulta do PARNA Ilha Grande. A plenária discute novamente, e mudam para 25 e 26 de fevereiro. Data aprovada. **Misael/Ilhéus** faz o informe sobre o CNPCT e a luta pelo censo pelo IBGE dos PCTs, solicita aos conselheiros que fiquem a disposição para serem pontos focais de levantamento e mapeamento dos segmentos. Informa também sobre a 6° Câmara do MP, plataforma de territórios vivos “Tô No Mapa”, onde cada segmento pode entrar na plataforma e se cadastrar no sistema, o que facilita a visibilidade dos povos. Comunica sobre o 4° Seminário de Regularização Fundiária dos PCTs do Sul, e pede pela participação dos conselheiros. Anuncia sobre a CAF dos PCTs, de declaração de agricultura familiar. Por último, declara que esse ano começou o curso junto a UFPR Litoral, curso para povos e comunidades tradicionais dentro do curso de Licenciatura em Educação do Campo. **Pauta: 5. Relato das Comissões. Comissão de Território, Desenvolvimento Socioambiental Sustentável e Segurança: Jean/Quilombola** inicia o relato. Protocolo 19.206.591-7 de 2022 – Denúncia solicitando providências acerca de crimes ocorridos nas comunidades faxinalenses. Parecer da comissão: pedem para que os faxinalenses reportem novamente o caso por falta de informações na nota recebida, e caso seja o interesse, que seja produzido um novo ofício. **Felipe/SEMIPI** diz ser um protocolo antigo, em que apareceram animais de criação mortos por tiros na comunidade, porém dado o tempo do protocolo seria necessário reformular o protocolo para maior levantamento de informações, de quando e onde aconteceu, por exemplo. Encaminhamentos: entrar em contato com a comunidade para verificar se ocorreram novos casos e levantar maiores informações para averiguação dos fatos, posteriormente para arquivamento. Protocolo 21.543.792-3 - Consulta acerca de Comunidades Tradicionais na Área de Influência Direta (AID) em atendimento IN 07/2020 IAT elaboração do EIA/RIMA e demais Estudos Necessários para Pavimentação Asfáltica da Rodovia PR-405, entroncamento com a Rodovia PR-340 e Guaraqueçaba, numa extensão aproximada de 800,00 km. Parecer da comissão: **Felipe/SEMIPI** solicita a abertura do mapa. Explica que é o trecho marcado no mapa e é a forma de chegar de carro até Guaraqueçaba e protocolo pergunta quais são as comunidades tradicionais que

estão na área, mas eles não têm esses dados. Encaminhamento: ofício ao ICMBio para contribuir com o levantamento de Povos e Comunidades Tradicionais na área de impacto. Protocolo 21.885.901-1 - Curso de Formação - Disciplinas relacionadas a PCTs - SESP. Parecer da comissão: **Felipe/SEMIPI** esclarece que foi encaminhado à SESP uma solicitação de informações sobre a existência de cursos ou disciplinas sobre PCTs. Foi dada a negativa, apontando que existe a formação em Direitos Humanos. Lê a recomendação redigida pela comissão. O **Presidente** sugere de incluir na recomendação a criação do grupo de trabalho sugerido pelo Misael na inclusão de pauta, "Criação do GT para o POP direcionado aos PCTs (órgãos ambientais e de segurança)". **Misael/Ilhéus** diz que o intuito do GT é formar um GT do Conselho. Sugere incluir no encaminhamento a Recomendação Conjunta da Defensoria Pública do PR 001/2017. O **Presidente** propõe a criação de uma comissão temporária para o desenvolvimento do POP. Plenária discute a melhor forma de encaminhar o protocolo. Encaminhamento: recomendar à SUDIS o estudo da criação de um GT com os órgãos governamentais para discutir o POP. **Fernanda/ICMbio** diz que o cuidado que eles têm com a comunidade tradicional, é a formação voltada para a compreensão das leis relacionadas aos PCTs. **Laysmara/Povos de Terreiro** cita o exemplo do caso da comunidade de PDT sobre a questão do som, do uso dos atabaques, e que existem arbitrariedades dos órgãos e entidades que desrespeitam as práticas dos povos e comunidades tradicionais. **Fernanda/ICMbio** afirma que algumas legislações são conflitantes, e que quando existe um regimento interno que respalda os órgãos, facilita, e que os servidores ficam em situação conflitante quando se deparam com esses casos, pois ao mesmo tempo que existe a legislação apontando para algo 'errado' eles tem a consciência dos direitos dos PCTs. **Comissão de Saúde e Infraestrutura:** 1 - Recomendação à COPEL, MPPR e IAT – recomendação de instalação de energia elétrica nas comunidades. Parecer da comissão: Encaminhamento: reiterar o ofício encaminhado à COPEL. **Felipe/SEMIPI** menciona sobre a reunião com o MP e a Secretária Leandre sobre a instalação de energia elétrica, em que o encaminhamento foi entrar em contato com o presidente da COPEL e foi solicitada também uma nova reunião para levar as demandas solicitadas. E após a mudança da presidência da Companhia, essa pauta foi esquecida o que atrasou o processo de resolução. A solicitação da comunidade é pelo cabeamento de energia elétrica. A **Secretária Executiva** explica que o que o Felipe mencionou é algo relacionado a SEMIPI, MP e COPCT e que o ofício do CEPCT é outra frente. **Laysmara/Povos de Terreiro** pergunta se não tem como unir as frentes. **Felipe/SEMIPI** responde que não e que o porto interfere na questão da instalação no litoral. **Laysmara/Povos de Terreiro** propõe pegar a documentação e apresentar junto para Companhia, tendo em vista do tempo que se passou da solicitação da demanda. E tendo em vista que não foi respondido, é necessário reforçar. A **Secretária Executiva** diz que o que não tem retorno é da COPEL e do IAT, pois o MP já esta acompanhando. 2 - Protocolo 16.504.532-7 - Fundação Nacional de Saúde - implantação de tecnologia de tratamento de água para pequenas comunidades. Parecer da comissão: Encaminhamento: verificar se a Salta-Z ainda esta vigente com possibilidade de expansão para o PR; Ofício à SANEPAR e IAT de solicitação de parecer técnico quanto a viabilidade

da implantação da Salta-Z no PR, em caso de ser favorável solicitar aos órgãos listagem sobre manancial e tratamento de água, e demais dados pertinentes das comunidades tradicionais. 3 - Protocolo 20.503.058-1 – MPPR solicita informações acerca do fornecimento de energia elétrica às comunidades remanescentes de quilombos localizadas no Vale do Ribeira paranaense. Parecer da comissão: Encaminhamento: ofício à COPEL solicitando informações sobre o fornecimento de energia elétrica às comunidades remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira paranaense. **Laysmara/Povos de Terreiro** diz que a solicitação da Salta-Z é online e direto com a FUNASA. O **Presidente** diz que a FUNASA não existe mais. 4 - Protocolo 18.154.551-8 – solicita manifestação do CEPCT acerca da reabertura da Estrada-Parque Caminho do Colono. Parecer da comissão: Encaminhamento: próxima reunião do Conselho. **Comissão de Educação, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural: Rosemary/Quilombola** inicia o relato. Denúncia Ação AIFA – Construção de denúncia sobre a ação AIFA com as comunidades caiçaras, para encaminhar ao CNJ, 6° Câmara MPF e Conselho Superior do MPF. Parecer da comissão: Denúncia a AIFA de destruição de moradias em Paranaguá. Conduzida pelo MPF e apoiada por vereados da câmara do município. Justificou-se pela construção de residência em área de preservação permanente de manguezal, resultando na destruição de casas. Contudo, não há comprovação de danos, contaminação ou prejuízo ao meio ambiente. Ato arbitrário e violação do direito dos povos de comunidades tradicionais, sobretudo os caiçaras atingidos e não indenizados. Encaminhamento: direcionar aos órgãos competentes o apoio às comunidades e solicitação de indenização. **Laysmara/Povos de Terreiro** diz que receberam a confirmação do IAT de que foram demolidas 30 residências. Estão com texto que vai ser encaminhado para juntar ao documento. 2 - Protocolo 22.029.409-9 – solicitação de informações referente ao fornecimento regular de merendas para as escolas que atendam à PCTs no Litoral do PR. Parecer da comissão: **Rosemary/Quilombola** a Fundepar apontou que as merendas estão sendo fornecidas e que já foi regularizada a distribuição. A Fundepar indicou as escolas e as comunidades onde estava ocorrendo a falta e apresentou o cardápio. Encaminhamento: arquivar. 3 - Protocolo 21.885.409-5 – solicitação de tombamento e reconhecimento das Comunidades Tradicionais de Benzedeiras e Benzedores. Parecer da comissão: Encaminhamento: ofício as comunidades de Rebouças e Irati, informando que a equipe da coordenação de Patrimônio Cultural está disponível para auxiliar os técnicos dos municípios sobre tombamento de imóveis e para a realização de tombamento e reconhecimento municipal da cultural material e imaterial. A comissão sugere a indicação de conselheiros para auxiliar a comunidade no preenchimento dos formulários e demais documentos. O **Presidente** sugere a Ellen/SEEC para auxiliar a conselheira Dona Ana Maria. 4 - Protocolo 18.966.082-0 - solicitações das comunidades tradicionais de Gramadinho e Varzeão. Parecer da comissão: **Rosemary/Quilombola** Encaminhamento: que as solicitações sejam encaminhadas via ofícios à prefeitura de Dr. Ulysses, às secretarias e instituições responsáveis, conforme os órgãos mencionados na Informação n°58/2024 SEIN/SEDUC/SEED. Condições das estradas: Prefeitura de Dr. Ulysses; Secretaria de

Estado da Agricultura e Abastecimento e DER. Constantes ameaças: SESP. Programas do Governo: SEMIPI, SUDIS e fomento. A comunidade citada não tem acesso aos auxílios do Governo Estadual e outras linhas de crédito. O **Presidente** diz que foi a comunidade de Varzeão, e lá está sendo tratada a questão de uso da floresta e a pressão dos madeireiros é grande. Há uma disputa jurídica nessa floresta e o Estado vai repassar os recursos para as comunidades. Diz que viu ônibus escolar e não achou a estrada tão ruim, porém os conflitos relacionados a extração de madeira, só pioraram, e que algumas áreas estão passando por discussões no Estado do Paraná. **Silvana/Povos de Terreiro** questiona com relação ao tombamento do patrimônio cultural, se existe a possibilidade de construir um tutorial. O **Presidente** diz que o CEPCT não tem essa competência, mas que a coordenação do patrimônio sim. A **Secretária Executiva** sugere fazer um ofício de solicitação a SEEC para ser construído o tutorial, para auxiliar as comunidades. Encerrado os relatos. A **Secretária Executiva** passa a fala para Luiz Henrique, novo coordenador de Povos e Comunidades Tradicionais, na DIRPCT/SEMIPI. **Luiz Henrique/COPCT** se apresenta como novo coordenador de PCTs e pontua que ao longo do próximo ano estará atendendo as demandas do Conselho e trabalhando nas pautas tratadas para que se realizem em políticas públicas. O **Presidente** diz que apesar de ter sido trocada a coordenação, o Felipe ainda segue como conselheiro. Com relação a reforma do regimento: O **Presidente** diz que foi reunida a comissão e que o encaminhamento foi feito no sentido de como vai ser feito a adequação a nova lei. A comissão terá mais uma ou duas reuniões extraordinárias e quando a versão final estiver pronta, será apresentada à plenária. O entendimento da leitura do regimento vigente foi que os cargos da diretoria geral e a vice-secretaria estão em aberto, diz que a vice presidência pertencia aos Ilhéus e que o mandato permanece aos Ilhéus. Solicita a manifestação da plenária sobre manter como está ou não. **Laysmara/Povos de Terreiro** complementa dizendo que precisam fazer a alteração do regimento, que a mesa diretiva atual tem o mandato até maio, e que como estão sendo feitas mudanças no regimento, orienta que a mesa diretiva se mantenha até a aprovação do novo regimento. O **Presidente** solicita manifestação, a plenária aprova. Próximo ponto, referendar as eleições separadas da sociedade civil e do poder público. O poder público se reuniu e indicou o Renê como vice secretário-geral. Questiona a sociedade civil se eles têm alguém para indicar a secretaria-geral, com o prazo até maio. A sociedade civil indica a Laysmara. **Pauta: 7. Povos Ciganos: Portaria 940/2022, IML e acesso.** **Nardi/Povos Ciganos** diz que pela falta do comprovante de endereço, quando é necessário passar endereço eles passam pontos de referência. No mês passado, em uma família acampada na região de Curitiba uma mulher cigana faleceu, e eles tiveram muitos problemas relacionados a retirada do corpo do IML por conta do endereço. Relata que sofreu preconceito na delegacia por parte dos policiais; tentou dialogar explicando o contexto da comunidade para que fosse possível complementar as informações; foi levado os policiais à comunidade onde as famílias reconheceram a moça como casada com um dos homens de lá, porém não foi aceito e o corpo não foi liberado. Foi solicitado que entrassem em contato com o MP para tentar resolver. Ela relatou que foi conversar novamente, que a

moça não tinha certidão de nascimento, mas que toda a comunidade estava reconhecendo. Fazia mais de um dia que ela estava no IML e não foi liberado. Quando ela voltou para o acampamento, o funcionário da delegacia ligou para informar que o corpo foi liberado. Conversando com uma funcionária ficou sabendo que existe um POP que consta o modo de liberar um corpo indígena. E viu a necessidade de inserir um respaldo da comunidade cigana na questão de endereço e família e encaminhar ao IML. Solicita que possam construir um documento. A **Secretária Executiva** pergunta qual o tipo de documento que ela quer que seja encaminhado. **Nardi/Povos Ciganos** diz que gostaria de um ofício do Conselho para PCTs. O **Presidente** afirma que quando é um ofício do Conselho, são mencionados todos os PCTs e que pode ser descrito os segmentos no documento. A **Secretária Executiva** expõe que pode ser feito o ofício junto ao texto encaminhado pela conselheira Nardi. A conselheira se comprometeu a encaminhar o texto até sexta feira. **Pauta: 8. Cadastro Povos de Terreiro.** **Silvana/Povos de Terreiro** inicia sua fala, solicitando auxílio de Laysmara. Aborda que todos os ofícios feitos para povos de terreiro é dificultado pela falta de cadastro, requere um levantamento dos povos de terreiro do PR. Discorre que as vezes são realizados levantamentos, mas que os povos de terreiro acabam não recebendo os dados. Sugere que seja mobilizado pelo Estado, o cadastro dos povos de terreiro para levantamento dos dados populacionais. **Laysmara/Povos de Terreiro** diz que na última reunião foi pedido que cada segmento levantasse dados mas somente 4 terreiros responderam. **Silvana/Povos de Terreiro** comenta que para que seja uma fonte confiável, é necessário que seja um levantamento de censo do Estado. **Laysmara/Povos de terreiro** alega que existem demandas que se relacionam com as demandas dos povos ciganos e que implica na questão legal do IML quando precisam realizar alguns rituais. Sugere que antes de pensar num cadastro do censo, seria interessante solicitar à Secretaria de Cultura os dados que já existem sobre os povos de terreiro. **Renê/SETI** diz que pode verificar a possibilidade de realizar um edital para convidar os professores para realizar o levantamento. Cita o exemplo do lançamento da Secretaria de Justiça de levantamento da população em situação de rua. **Misael/Ilhéus** aconselha o Conselho fazer um ofício solicitando esse levantamento. **Taise/COPCT** menciona a parceria da SEMIPI com a Universidade Federal para fazer os planos de políticas públicas e propõe incluir as universidades estaduais, para que seja feito junto um termo de cooperação para a realização do mapeamento. Encaminhamento: a SETI realizar essa discussão para o levantamento, e convocar uma reunião da SEMIPI com a UFPR e a SETI. **Pauta: 9. Regularização Fundiária dos Quilombos.** **Jean/Quilombola** fala que sem a regulamentação do territórios, não é possível acessar os direitos básicos. Em alguns quilombos é mais fácil a regularização e em outros não. Precisam grantir todos os direitos e permanecer nas terras. O **Presidente** informa que foi realizado um documento na SUDIS que dá base legal para o Estado disponibilizar território para os quilombolas, antes só podia fazer cessão de uso. O INCRA já está fazendo a discussão para os laudos antropológicos em várias comunidades mas precisamos saber quais são. **Jean/Quilombola** diz que são 9 comunidades que estão sendo atendidas. O estudo é o

principal passo para conseguir o laudo para legitimar o território. O **Presidente** comenta que os estudos fazem parte dos procedimentos do INCRA para desapropriação dos territórios. **Jean/Quilombola** ressalta a importância de manter a cultura por que mal há um amparo na lei que continue reproduzindo a cultura dos povos. A partir do momento que entraram em conflito com a empresa madeireira da região eles não puderam mais plantar. Eles produziam 90% do que consumia, as famílias são todas de baixa renda e as comunidades sentem muito, ficam privadas de trabalhar. As comunidades querem se manter no campo trabalhando. O **Presidente** questiona a demanda para o Conselho. **Jean/Quilombola** afirma que está na próxima pauta, das coivaras. O **Presidente** esclarece que discutirão a próxima pauta. **Pauta: 10. Coivaras nos territórios.** **Jean/Quilombola** explica que a coivara é uma prática tradicional de roça, queima controlada e plantio, com cuidado com o solo para regeneração, com plantação em ciclos. São responsáveis por esse cuidado com o solo, mantendo a tradição. No Estado de São Paulo realizam manutenção da coivara no território com toda a legalização do IBAMA, com programação. O **Presidente** recomenda um encaminhamento de ofício ao IAT, para analisar os impactos da coivara, e caso não exista impacto realizar a liberação da prática para PCTs. **Misael/Ilhéus** diz que por ser uma prática tradicional de vários povos tradicionais, não faz sentido ser proibido. **Kethleen/TDD** afirma que na PNGTAQ já está autorizada a facilitação da liberação das licenças para essas práticas. Encaminhamento: ofício ao IAT para análise dos impactos das coivaras incluindo como base a PNGTAQ e os estudos mencionados pelo Jean que foram realizados em São Paulo. **Pauta: 11. Construção de mata-burro nos territórios faxinalenses.** **Marilei/Faxinalenses** relata sobre a reivindicação ser particular do segmento dos faxinalenses, nos territórios que são mapeados eles possuem e sofrem com a retirada dos mata burro, mas que nos territórios não mapeados eles não possuem. Essa é uma característica das comunidades faxinalenses. O **Presidente** questiona sobre a questão do ICMS ecológico que foi encaminhado na última reunião e se todos os municípios possuem essa legislação. **Marilei/Faxinalenses** responde que o município tem a autonomia sobre a distribuição do recurso. O **Presidente** sugere que seja encaminhado um ofício para os municípios que possuem ARESUR, para que seja regulamentado via lei municipal o encaminhamento do ICMS ecológico. **Marilei/Faxinalenses** menciona o conflito relacionado a venda de terras dentro das comunidades, em que as pessoas que compraram as terras mais recentemente estão cercando e a comunidade acaba perdendo acesso ao recurso. **Renê/SETI** diz que a questão dos mata burro é um assunto muito particular, onde deve ser pensado em conjunto com diversas áreas. A plenária discute sobre qual órgão deve ser acionado para ser criado um GT de trabalho nessa discussão. É definido que a solicitação deve ser feita para SUDIS. **Laysmara/Povos de Terreiro** comenta que precisa ser tirado um encaminhamento mais urgente, já que se trata de uma questão identitária. **Marilei/Faxinalenses** menciona sobre a falta de conhecimento dos novos proprietário sobre os acordos comunitários dentro da ARESUR, em alguns casos o município que manda tirar o mata burro, em outros casos, os proprietários. O **Presidente** solicita que as comunidades identifiquem os casos sobre quem retirou os mata burro. **Douglas/SEJU**

afirma que a partir disso o GT pode trabalhar caso a caso. Encaminhamento: ofício para regularizar o ICMS ecológico das ARESUR nos municípios e após identificado os agentes de ataque, encaminhar ofício ao MP e aos entes envolvidos. Pausa para o almoço. Com o quórum conferido, a reunião retorna. **Pauta: 13. Relatório acompanhamento CLPI.** Relato do **Presidente**: relata que participaram os membros do Conselho, ele, Ellen/SEEC, Felipe/SEMIPI, Cláudio, Conceição e Suely, faz leitura do relatório feito pela comissão de acompanhamento. **Cláudio/Pescador** diz que foi uma das primeiras vezes que participou de atividades como conselheiro, e que a conversa com a comunidade da ponta oeste foi amigável do seu ponto de vista. A ideia era ser demarcada apenas 26 casas e ele questionou sobre os filhos e netos dos que estão residindo no local. O **Presidente** diz que foi positivo e que a conversa foi no sentido de aprimorar o texto da lei, que existiram avanços na questão das anistias das multas sobre a manutenção das residências. Complementa que foram acatadas praticamente 90% das sugestões da comunidade. **Cláudio/Pescador** fala que foi estabelecido para cada morador 500 metros. O **Presidente** afirma que cada município tem uma regulamentação sobre isso. Foi estabelecido o congelamento dos tamanhos dos lotes já construídos. **Cláudio/Pescador** pontua sobre a questão da falta de energia elétrica na comunidade. O **Presidente** comenta que a parte de distribuição de energia não faz parte do escopo da lei, mas que a COPEL se disponibilizou a instalar placas solares com capacidade de abastecer freezer para os pescadores artesanais. Era previsto a instalação na área destinada para habitação, mas agora foi transferida para um outro espaço que não vai afetar na área de habitação. **Misael/Ilhéus** questiona a implantação do projeto. O **Presidente** diz que é necessário um projeto de lei para regulamentar a regularização fundiária da Ilha do Mel. Uma das reivindicações foi que fosse criado um conselho consultivo das comunidades residentes na Ilha do Mel, a comunidade solicitou que fosse deliberativo, mas não foi aprovado. **Laysmara/Povos de Terreiro** afirma que se o aceite já foi dado pela comunidade, o conselho precisa acatar. **Misael/Ilhéus** diz que se a comunidade se sentiu favorecida, tudo bem, mas que o protocolo não foi seguido corretamente. Os órgãos e instituições que trabalham com PCTs ainda não entenderam o que é um protocolo de consulta, que precisa do momento interno da comunidade trabalhar, depois o debate e depois vir uma decisão. E nesse caso foi quase, mas não foi o ideal. Quando um projeto vai prejudicar a comunidade, a comunidade precisa do entendimento do protocolo de consulta para poder se defender, e volta a insistir que todas as comunidades precisam ter o domínio do protocolo de consulta. Cita o exemplo do PARNA Ilha Grande, que o órgão ambiental queria fazer outro parque em cima da comunidade deles, mas a partir da construção do protocolo de consulta da comunidade não foi passado. Diz que é necessário ter consciência das fases da consulta e sobre os direitos. **Jaqueline/ TDD** diz que faz assessoria das comunidades da Ilha do Mel desde 2020 com a instituição da lei que não ocorreu a CPLI. E nesse processo teriam sido feitos novos acampamentos, onde foi feita a reintegração de posse dos locais. Diz que o resultado foi bom no processo e a importância da comunidade se apropriar da CPLI a ponto de conseguir inserir as suas sugestões para atenderem as demandas da comunidade. Mas houveram algumas falhas

e é importante trabalhar isso no Conselho já que a lei regulamenta todo o uso e o ocupação da Ilha do Mel. A comunidade foi comunicada com menos de um mês, o Estado estabeleceu as datas, e teve o relato de dizer que tinha pressa em fazer o processo. Fala que houveram alguns relatos das comunidades da Ilha que sentiu do CEPCT que o Estado estava apressado em realizar a consulta. E que essas falhas e esse elemento principal viola a questão do tempo que é tão importante para a comunidade, e que a ponta oeste não conseguiu entregar porque não possui uma assessoria mais próxima. As propostas dos projetos de lei foram mais indicadas pela comunidade de Brasília e isso reflete no tempo que foi dado as comunidades. Relata que no dia que ela participou ocorreram falas que foram problemáticas, no sentido de quem trabalha com a convenção 169 da OIT, e que o Gustavo Mussi mencionou que a convenção 169 se aplicava de maneira diferente para os caiçaras e isso lhe causou estranheza. Existiu uma fala no sentido de dizer que a convenção é uma norma mas o que deve se manter é a instrução normativa do IAT de que é o Conselho que deve fazer a CPLI, mas que ela questionou que a convenção não pode ser esquecida por se tratar de um acordo internacional, que devem ser respeitadas as hierarquias. A nova lei de licenciamento ambiental do Paraná em nada implica na participação do CEPCT. Ela se preocupa com a fala de não ser obrigação do Estado de fazer a CPLI, que estaria sendo feita de boa vontade do Estado. Questiona porque essas sutilezas são importantes para a comunidade porque isso veio sobre as falas da representação do CEPCT. Reforça que o resultado foi positivo, mas que não pode ser levado em consideração somente o resultado e sim o processo. O **Presidente** expõe alguns pontos, em que foi mencionado a fala dele sobre acelerar o processo ele informa que falou que era de vontade do Estado apresentar o projeto de lei esse ano e que essa era a disposição do Governo como sugestão e que a comunidade poderia manifestar a necessidade de mais reuniões. De qualquer maneira o trâmite ficou para o ano que vem. Sobre a fala da diferenciação entre os quilombolas e os caiçaras, menciona que para quilombolas existe mais leis do que para outros segmentos e que esse foi o ponto mencionado. Não disse que era boa vontade do Governo e que era uma opção política do Governo fazer a CPLI. Mencionou na CC que achava necessário a CPLI, mas que ele enquanto servidor reforçou a questão de realizar a CPLI. Foi nesse sentido que relatou a comunidade. Sobre a previsão do CEPCT, a instrução normativa do IAT chama o CEPCT, e que o Conselho neste momento está em um limbo por se tratar de uma alteração e sendo assim não era obrigatório o Conselho acompanhar e por isso foi uma opção política de fazer a consulta. Reforça que não é obrigatória a participação do Conselho, mas que é importante a participação para pleitear a inclusão dele na nova legislação. E que existe uma interpretação enviesada sobre o Estado. Complementa que quer dar encaminhamento para construir o trabalho do Conselho com relevância. O **Presidente** pergunta se o relatório está aprovado. Ninguém se manifesta e o relatório é aprovado. **Jaqueline** pede a fala. O **Presidente** menciona que existe muitas pautas, e que a TDD tem direito a fala mas não encaminhamentos. **Jaqueline** diz que ela tem participação no Conselho a muito tempo por solicitação dos conselheiros e que não devem ter as suas falas cortadas e solicita para deixar como registro. Continua dizendo

que levantou questões importantes que não devem ser em vão, e que em outros processos de CPLI que ocorram da maneira como devem ocorrer. A sua preocupação é no sentido de como ter mais elementos para a condução do CEPCT de acompanhar as CPLI e quais os elementos são importantes para acompanhar esse tipo de processo. O que ela menciona, não é um ataque pessoal, é a preocupação de como a CPLI deve conter vários elementos, de segurança da comunidade. Nos relatos às assessorias que acompanham as comunidades são contrários, de falta de tempo, intimidação. E provoca no sentido de nas próximas ocasiões pensar como o CEPCT pode incluir elementos importantes para que não ocorra da mesma maneira. **Misael/Ilhéus** diz que tinha mencionado a questão de incluir os protocolos de consulta no curso dos conselheiros, para que cada conselheiro se aproprie de como é feito a CPLI e de boa fé. A comunidade pode ter se ficado satisfeita, mas o tempo que elas precisavam poderia ser maior. Por isso a importância de todas as comunidades se apropriarem. **Laysmara/Povos de Terreiro** retoma a questão da importância do mapeamento. Com o relatório aprovado, segue para próxima pauta. **Pauta: 14. Providências – prefeitura de Foz do Iguaçu.** **Laysmara/Povos de Terreiro** inicia o relato da pauta, sobre a questão dos alvarás dos terreiros de Foz do Iguaçu em que a prefeitura está perseguindo alguns terreiros e cerceando o usufruto dos direitos de templos religiosos a partir desses alvarás. Encaminhamento: Recomendação para o prefeito, de aplicação da legislação relacionada a templos religiosos também para os terreiros (encaminhamento p/ Janeiro/2025). **Pauta: 15. Recomendação demolição das casas nas áreas de mangue.** O **Presidente** afirma que já realizaram recomendação e nota de repúdio. A plenária afirma que os encaminhamentos foram para o CNJ, do Aurélio. O CNJ foi o único que não respondeu a reivindicação dos conselheiros. O **Presidente** questiona se houveram encaminhamentos da pauta pela manhã. **Taise** no CEPI fizeram solicitação de agenda com CNJ e conseguiram retorno. Comenta que ela pode enviar um e-mail para o CEPCT para organizar essas discussões. **Laysmara** vai enviar o texto do documento no telefone da coordenação. Encaminhamento: CEPI deve enviar um e-mail ao CEPCT. **Pauta: 16. Nascentes e olhos d'água.** **Rosalina/Benzedeira** diz sobre a importância da conservação das nascentes que vem sendo contaminadas por agrotóxico. Pede pela desfesa das fontes de água. O **Presidente** sugere uma solicitação ao IAT de plano de manejo. Porém, precisa que a comunidade faça um mapeamento simples de onde estão as nascentes para que seja possível fazer o mapeamento. **Rosalina/Benzedeira** são várias nascentes, não só em Irati. O **Presidente** deixa evidente que a legitimidade do Conselho são para eventos vinculados às comunidades e se sair disso não tem como. Pede para que a conselheira envie a localização da nascente. Encaminhamento: solicitação ao IAT de plano de manejo da nascente do olho d'água de São João Maria. **Pauta: 17. Alteração dos representantes Ilhéus.** **Misael/Ilhéus** diz que foi reivindicado mais uma cadeira para os ilhéus na Conferência, por conta dos dois contextos enfrentados pelos ilhéus, PARNA e APA. O PARNA é mais restrito e a APA é mais liberado tanto que já tem o plano de manejo. Havia ficado ele como presidente e a Rosangela como vice/suplente, mas como eles têm mais um cadeira sugere a alteração dos

representantes. Encaminhamento: Misael como titular e suplente Ailton na APA; e o José Ribeiro titular e a Rosângela como suplente representando o PARNA Ilha Grande. **Pauta: 18. GT portaria 241 – IAT. Misael/Ilhéus** explica que a portaria trata sobre produtos não madeiráveis em UC. Produção da biodiversidade que eram multados pela utilização. A portaria veio para dar a sustentação jurídica. Houve exigência de diversos documentos para que os segmentos pudessem fazer a coleta desses produtos nas Ucs, inviabilizando o acesso para diversos segmentos. Uma comissão foi montada para criar um formulário que facilitasse o processo no órgão ambiental, mas com a saída do André do IAT isso foi esquecido. Solicita que o IAT seja convidado para o Conselho novamente. A **Secretária Executiva** menciona que já existia a comissão mas que o IAT saiu do Conselho por conta da mudança da cadeira. Encaminhamento: convidar o André Eiterer/IAT para encaminhamento da comissão. **Pauta: 19. E.M. São Sebastião quilombo da Adelaide; e Pauta: 20. Permanência do transporte escolar – São Sebastião para escola Tia Dalva. Rosemary/Quilombola** pede que a distribuição de aulas seja conforme data de concurso registrada pelo departamento de educação. A Plenária discute a organização das pautas. **Rosemary/Quilombola** explica que a escola municipal São Sebastião foi a primeira da comunidade, o prefeito solicitou o terreno para a construção e eles construiriam o colégio estadual. A plenária segue a discussão sobre a organização das pautas passadas por Rosemary. Encaminhamentos: ofício a prefeitura de Palmas de solicitação de construção da Escola Municipal e CMEI São Sebastião. Solicitação para nova gestão da prefeitura, manter o transporte para os estudantes da Escola Municipal São Sebastião para a Escola Tia Dalva. **Pauta: 21. Quilombo Palmital dos Pretos – Campo Largo – Poço Artesiano e reforma na cozinha comunitária – Transporte. Jean/Quilombola** relata que essa era uma responsabilidade da prefeitura e da SANEPAR, e que a estrutura está quase concluída. **Marilei/Faxinalenses** afirma que desde 2019 o sistema de água no Quilombo vem sendo arrastado, o sistema é abastecido pelo município de Ponta Grossa. Complementa que o prefeito de Campo Largo ligou 3 sistemas de água e não tem dado prioridade ao quilombo para fazer o sistema funcionar. Alegaram que a água do poço era contaminada, depois falaram que para ligar o sistema precisaria de um reservatório. Pedem ajuda à Defensoria para estabelecer uma data para o município concluir a construção. **Presidente** sugere um ofício ao município. Encaminhamento: ofício à Campo Largo considerando a existência prevista de rede de distribuição, poço existente, rede elétrica, e solicitar a instalação do reservatório. **Jean/Quilombola** retoma a questão da má relação com a prefeitura e evidencia que somente o quilombo ficou sem transporte. **Marilei/Faxinalenses** diz que havia uma linha de transporte escolar que foi suprimida. Pela mudança o ônibus deixava as crianças para andar 2km à pé. Pressionando vereadores, conseguiram colocar uma van que gerou transtorno pois não tinha monitor. E no caso das crianças neuro divergentes a situação fica pior pela necessidade de um laudo. É necessário o apoio do Conselho para auxiliar a comunidade. Encaminhamento: Informações e providências sobre a linha escolar de van do Quilombo Palmital dos Pretos. **Jean/Quilombola** pergunta se os monitores são funcionários públicos. **Marilei/Faxinalenses** fala que é empresa contratada, terceirizada.

**Pauta: 22. Diretrizes curriculares quilombolas – Escola Tia Dalva – Quilombo de Adelaide.** **Rosemary/Quilombola** relata que os gestores da escola não participam dos eventos da consciência negra do quilombo, que não segue as regras da comunidade, não consideram a cultura e nem as diretrizes curriculares das escolas. Reclama que os professores não trabalham a lei 10639 nas aulas. Encaminhamento: Carta de recomendação para escola, para o departamento municipal de educação, e equipe gestora da escola Tia Dalva sobre seguir as diretrizes curriculares e lei 10639/03, além de participar das atividades da comunidade, bem como do dia da consciência negra. **Rosemary/Quilombola** diz que nas escolas municipais não existe carta de anuência, somente nas estaduais. **Pauta: 23. Estrada – duplicação da PR 407.** O **Presidente** sugere o encaminhamento de um comunicado para o DER e IAT, mencionando a IN 07 do IAT e que o Conselho precisa ser solicitado para acompanhar o processo de licenciamento ambiental e consultas. **Pauta: 24. Reforma posto de saúde e equipamento quilombo do Rio Verde**. **Jean/Quilombola** aborda que a relação da comunidade com o município também não é boa, e que o posto de saúde não tem refrigeração, falta remédios, falta recursos para manter o básico funcionando. Encaminhamento: solicitação ao município de manter o posto de saúde em condições adequadas e sanitárias para preservação dos medicamentos e funcionamento básico. **Pauta: 25. Construção UBS – Quilombo de Adelaide.** **Rosemary/Quilombola** ressalta que a unidade atendia 3 comunidades, cinco mil pessoas em um espaço inadequado. Que existia verba para construir a UBS do quilombo, mas não foi construído. E no terreno disponibilizado pelo quilombo é para ser construído o CMEI e a UBS. A população precisa ir até outro bairro para consultar. Encaminhamento: Pedido de informações sobre os processos de construção da UBS do Quilombo de Adelaide. **Pauta: 26. Inclusão do protocolo de consulta no curso de conselheiros.** Encaminhamento: ofício para a DIRPCT. A **Secretária Executiva** faz um último informe sobre os documentos que devem ser entregues obrigatoriamente para a prestação de contas. O financeiro encaminhou o informe que o prazo final para a prestação de contas até o dia 16 de dezembro. O **Presidente** reforça a equipe pequena e que se perde muito tempo na prestação, não há tempo para os encaminhamentos. **Laysmara/Povos de Terreiro** pergunta sobre qual vai ser o encaminhamento para quem não conseguir resolver o hotel e as passagens. Diz que a decisão foi arbitrária e sem responsabilidade. Reclama que os conselheiros saíram prejudicados, que as taxas de crédito vão ser arcadas pelos conselheiros, essa situação não pode ocorrer novamente e que os conselheiros deveriam ter sido comunicados antes. **Taise/COPCT** propõe de ser levado a Diretoria a reclamação dos conselheiros e pede que seja repassado caso a caso para Secretária Executiva. **Misael/Ilhéus** pede a palavra e solicita para encerrar a reunião.